ATUALIZADA ATÉ A LEI COMPLEMENTAR Nº 289, DE 16/11/2023.

LEI Nº 6.146, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

PUBLICADA NO DOE Nº 237, DE 20/12/2011.

~~Dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais e agroindustriais do Estado do Piauí e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí FUNDIPI.~~

*Dispõe sobre a concessão de diferimento e de crédito presumido do ICMS para estabelecimentos industriais, agroindustriais e geradores de energia eólica e solar e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI

***Emenda com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 1º**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º O diferimento e o crédito presumido referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a serem concedidos aos estabelecimentos industriais e agroindustriais, considerados relevantes para o Estado do Piauí, por motivo de implantação, realocização, revitalização e ampliação de unidades fabris já instaladas, obedecerão à forma e às condições previstas nesta Lei.~~

*Art. 1º O diferimento e o crédito presumido referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a serem concedidos aos estabelecimentos industriais, agroindustriais e geradores de energia eólica e solar considerados relevantes para o Estado do Piauí por motivo de implantação, realocização, revitalização e ampliação de unidades fabris já instaladas obedecerão à forma e às condições previstas nesta Lei.

***Caput do art. 1º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, I.**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - implantação - a instalação de estabelecimento industrial ou agroindustrial que venha a entrar em operação a partir da data da publicação do Regulamento desta Lei;

II - realocização - o deslocamento de estabelecimento de sua área original para outro município, segundo política estabelecida pelo Governo;

III - revitalização - a reativação das atividades de estabelecimento desativado há mais de 12 (doze) meses, contados do último faturamento, na forma em que dispuser o Regulamento;

IV - ampliação - o aumento da capacidade instalada de estabelecimento, do qual resulte incremento real de receita e/ou absorção de mão-de-obra, de pelo menos 1/5 (um quinto) da já existente, exceto se decorrente de fusão ou incorporação de empresas, de que trata o § 5º do art. 4º;

V - industrialização - qualquer operação da qual resulte alteração da natureza, funcionamento ou utilização do produto, como:

a) transformação - a que, exercida sobre matéria-prima ou produto intermediário, importe na obtenção de espécie nova;

b) beneficiamento - a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização ou o acabamento do produto;

c) montagem - a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e da qual resulte um novo produto ou unidade autônoma, nos termos em que dispuser o Regulamento.

VI - atividades industriais ou agroindustriais prioritárias, a serem definidas através de ato do Poder Executivo, observado o disposto no § 3º do art. 4º.

~~*VII - a classificação da atividade industrial obedecerá os critérios da Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.~~

~~* Inciso VII acrescentado pela Lei n.º 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 1.º.~~

*VII - estabelecimentos industriais e agroindustriais, os assim definidos pela Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, devendo ser observada ainda a especificação dos produtos fabricados.

*** Inciso VII com redação pela Lei n.º 6.740/2015, de 23/12/15, art. 1.º, I.**

§ 1º Nos casos de implantação, realocização, revitalização e ampliação de que tratam os incisos I a IV deste artigo, observar-se-á o seguinte:

~~I - o prazo para fruição do diferimento e do crédito presumido será contado a partir da data fixada no ato concessivo;~~

*I - o prazo para fruição do crédito presumido será contado a partir da data fixada no ato concessivo;

*** Inciso I com redação dada pela Lei n.º 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, II.**

II - o disposto no **caput** do art. 1º não se aplica:

a) para sanar dificuldades financeiras decorrentes de mau gerenciamento ou má-fé;

b) à empresa em débito para com as Fazendas federal, estadual ou municipal, inscrito ou não em Dívida Ativa;

c) aos estabelecimentos cujo titular ou sócios participem ou sejam remanescentes de empresa em débito para com as Fazendas federal, estadual e municipal, inscrito ou não em Dívida Ativa;

d) aos estabelecimentos que não possuam licenciamento ambiental, quando exigido.

§ 2º Relativamente às hipóteses de ampliação e revitalização, exigir-se-á, dentro do processo de habilitação ao regime especial:

I - levantamento contábil-fiscal, realizado pela Comissão Técnica encarregada da análise das propostas;

II - levantamento, pela Unidade de Fiscalização - UNIFIS, da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, de possível descumprimento de obrigações principais e acessórias.

~~§ 3º A ampliação de que trata o inciso IV deste artigo será aferida pelo incremento real da receita, que se constitui no valor monetário proveniente das saídas de bens de sua produção, hipótese em que o diferimento e o crédito presumido alcançarão, apenas, o valor das saídas decorrentes da parcela excedente da receita, entendida na forma em que dispuser o Regulamento.~~

*§ 3º A ampliação de que trata o inciso IV deste artigo será aferida pelo incremento real da receita, que se constitui no valor monetário proveniente das saídas de bens de sua produção, na forma dispuser o Regulamento, hipótese em que o crédito presumido será calculado considerando:

I - o valor das saídas decorrentes da parcela excedente da receita do estabelecimento;

II - o valor total das saídas quando o investimento representar incremento de, no mínimo, 100% da receita do estabelecimento.

*** § 3º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, II.**

~~§ 4º O diferimento e o crédito presumido a serem concedidos à implantação, revitalização, realocização e ampliação deverão ser requeridos nos prazos fixados no Regulamento.~~

*§ 4º O crédito presumido a ser concedido à implantação, revitalização, realocização e ampliação deve ser requerido nos prazos fixados no Regulamento.

*** § 4º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, II.**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, não se consideram industrialização, ainda que os produtos resultantes sejam submetidos a qualquer forma de acondicionamento, as operações realizadas por:

I - estabelecimento com atividade de:

a) renovação ou recondicionamento - a que, exercida sobre bens usados ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para reutilização;

b) preparação de produtos alimentícios, realizada em restaurantes, bares, lanchonetes, sorveterias, confeitarias, panificadoras e similares;

c) acondicionamento - a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação de embalagem, ainda que em substituição da original.

II - estabelecimento que adote simples processo de:

- a) extração de substâncias minerais;
- b) abate de animais e separação de carnes, exceto quando efetuados em frigorífico industrial;
- c) resfriamento e congelamento;
- d) lavagem, secagem, esterilização e prensagem de produtos extrativos e agropecuários;
- e) desfibramento de produtos agrícolas;
- f) abate de árvores e desdobramento em toras;
- g) descaroçamento e/ou descascamento de produtos agrícolas ou extrativos;
- h) salga e secagem de produtos animais;
- i) preparação de refrigerantes à base de xarope ou extrato concentrado em máquinas "pre-mix" ou "post-mix".

III - estabelecimento com atividade ou utilização de processo que evidencie não ser conveniente a concessão do regime especial instituído nesta Lei.

~~Parágrafo Único. Considera-se frigorífico industrial, para os efeitos do disposto na alínea "b" do inciso II, o estabelecimento industrial credenciado como tal, pelo Ministério da Agricultura, através de sua representação neste Estado.~~

~~*Parágrafo Único. Considera-se frigorífico industrial, para os efeitos do disposto na alínea "b" do inciso II, o estabelecimento industrial credenciado como tal no órgão de fiscalização competente.~~

~~* Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, III.~~

~~Art. 4º A fruição do diferimento e do crédito presumido de que trata o art. 1º, relativamente à implantação, ampliação, realocização e revitalização, terá o prazo máximo de 20 (vinte) anos, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, na forma que se segue:~~

~~*Art. 4º O crédito presumido de que trata o art. 1º, relativamente à implantação, ampliação, realocização e revitalização, terá o prazo máximo de 20 (vinte) anos, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, e será concedido na forma que se segue:~~

~~*Caput do art. 4º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, IV.~~

~~— I — diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas seguintes operações, limitado ao período e ao percentual estabelecido no inciso II para concessão do crédito presumido:~~

~~*I — diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas seguintes operações, limitado ao período estabelecido no inciso II para concessão do crédito presumido, não se aplicando nos casos de ampliação de estabelecimento industrial ou agroindustrial:~~

~~*Inciso I com redação dada pela Lei nº 6.463, de 19/12/13.~~

~~a) nas aquisições internas de matérias primas e de mercadorias utilizadas direta ou indiretamente no processo produtivo industrial, assim como de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado, quando realizadas de fornecedores industriais, observado o disposto no § 7º;~~

~~b) pela importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado, e de matérias primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial, observado o disposto no § 4º;~~

~~*b) pela importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado, observado o disposto no § 4º;~~

~~* “Alínea b” com redação dada pela Lei nº 6.740, de 23/12/15, art. 1º, II.~~

~~e) na entrada de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, procedentes de outra unidade da Federação, destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento, e de matérias primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial;~~

~~—*e) na entrada de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, procedentes de outra unidade da Federação, destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento;~~

~~*Alínea “e” com redação dada pela Lei nº 6.929, de 27/12/16, art. 2º, I.~~

~~d) na utilização de serviço de transporte vinculado às operações, de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” anteriores;~~

~~—*e) pela importação de matérias primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial e na utilização de serviço de transporte vinculado às operações.~~

~~* “Alínea e” acrescentada pela Lei nº 6.740, de 23/12/15, art. 2º, I.~~

~~* Inciso I revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, I.~~

~~II — crédito presumido em montante de até 100% (cem por cento), conforme disposto no Regulamento desta Lei, nos termos e critérios estabelecidos no § 10, do valor do ICMS devido na operação própria pelas saídas das mercadorias produzidas no estabelecimento, nas seguintes condições e prazos:~~

~~—*II — no montante de até 100% (cem por cento), conforme disposto no Regulamento desta Lei, nos termos e critérios estabelecidos no § 10, do valor do ICMS devido na operação própria pelas saídas das mercadorias produzidas no estabelecimento, nas seguintes condições e prazos:~~

~~* Inciso II com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, IV.~~

~~*II - no montante de até 100% (cem por cento), conforme disposto no Regulamento desta Lei, do valor do ICMS calculado na forma prevista no art. 4º-A, pelas saídas das mercadorias produzidas no estabelecimento, nas seguintes condições e prazos:~~

~~* Inciso II com redação dada pela Lei nº 7.528, de 15/07/2021, art. 1º, com efeitos a partir de 01/07/2021.~~

~~a) implantação de estabelecimento que tenha atividade industrial que contrate e mantenha 500 (quinhentos) ou mais empregados diretos, durante a fruição do benefício, pelo prazo de 20 (vinte) anos;~~

~~—*a) implantação de estabelecimento que tenha atividade industrial que contrate, em até 2 (dois) anos, contados do primeiro faturamento, e mantenha 500 (quinhentos) ou mais empregados diretos, durante a fruição do benefício, pelo prazo de 20 (vinte) anos;~~

~~*Alínea “a” com redação dada pela Lei nº 6.463, de 19/12/13.~~

* a) implantação de estabelecimento que tenha atividade industrial que contrate, em até 2 (dois) anos, contados do primeiro faturamento, e mantenha 250 (duzentos e cinquenta) ou mais empregados diretos, durante a fruição do benefício, pelo prazo de 20 (vinte) anos;

~~* Alínea “a” com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, IV.~~

b) implantação de estabelecimento que tenha atividade industrial ou agroindustrial não existente no Estado, pelo prazo de 20(vinte) anos;

c) implantação de estabelecimento que tenha atividade industrial ou agroindustrial já existente no Estado, pelo prazo de 15 (quinze) anos;

d) realocização e revitalização de estabelecimento industrial ou agroindustrial, pelo prazo 10 (dez) anos;

e) ampliação de estabelecimento industrial ou agroindustrial, pelo prazo de 12(doze) anos e 6(seis) meses.

*f) implantação de estabelecimento que tenha como atividade industrial ou agroindustrial já existente no Estado, desde que a implantação do empreendimento esteja enquadrada nos casos definidos como prioritários de que trata o inciso VI do art. 2º.

~~* Alínea “f” acrescentada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, I.~~

~~§ 1º O diferimento estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo :~~

~~— *§ 1º O diferimento estabelecido no inciso I do **caput** deste artigo, observado o disposto no § 11:~~

~~*§ 1º com redação dada pela Lei nº 6.929, de 27/12/16, art. 2º, I.~~

~~I — não se aplica ao fornecimento de energia e às operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária;~~

~~II — encerrar-se-á:~~

~~a) na saída do produto final;~~

~~b) no momento da desincorporação do bem do ativo imobilizado.~~

~~— * II — encerrar-se-á:~~

~~— a) — nas aquisições internas e nas importações de matérias primas e de mercadorias utilizadas direta ou indiretamente no processo produtivo industrial, bem como de materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial, na saída do produto final;~~

~~— b) — nas operações de importação e de entrada procedentes de outra unidade da Federação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado do estabelecimento, no momento da desincorporação do bem do ativo imobilizado relativamente à parcela incentivada;~~

~~— c) — nas operações de importação e de entrada procedentes de outra unidade da Federação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado do estabelecimento, 30 (dias) após o a entrada do bem no estabelecimento industrial relativamente à parcela não incentivada.~~

~~*Inciso II com redação dada pela Lei nº 6.929, de 27/12/2016, art. 2º, I.~~

~~*§ 1º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, I.~~

~~§ 2º Os prazos de que tratam as alíneas “a” a “e” do inciso II do **caput** deste artigo serão acrescidos de até 5 (cinco) anos quando concedidos a estabelecimentos industriais que se enquadrem nas modalidades de implantação, ampliação, realocação ou reativação de suas atividades industriais em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média do Estado ou que cumpram metas de responsabilidade social e ambiental, nos termos do regulamento.~~

~~§ 3º O crédito presumido, na forma estabelecida no inciso II, alínea “b”, do **caput** deste artigo, será concedido a todas as empresas que o requererem, desde que a implantação do empreendimento esteja enquadrada em quaisquer dos casos considerados como atividades prioritárias de que trata o inciso VI do art. 2º.~~

~~*§ 3º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, I.~~

~~§ 4º O diferimento a que se refere o inciso I, alínea “b”, do **caput** deste artigo, será concedido, caso a caso, em relação a bens ou mercadorias com ou sem similar nacional, mediante comprovação, de pelo menos uma das seguintes condições, como dispuser o Regulamento:~~

~~I— quando não houver bens produzidos no País;~~

~~II— quando a produção de bens do País for insuficiente;~~

~~III— quando houver recusa do fornecimento pelo fabricante ou produtor de bens no País;~~

~~IV— quando o custo de importação em moeda nacional, acrescido dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados e despesas aduaneiras, for inferior ao custo do produto no mercado interno, observada a qualidade do produto importado.~~

~~— *§ 4º O diferimento a que se refere o inciso I, alíneas “b” e “e”, do **caput** deste artigo, será concedido, caso a caso.~~

~~*§ 4º com redação dada pela Lei nº 6.929, de 27/12/16, art. 2º, I.~~

~~*§ 4º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º.~~

~~§ 5º Na hipótese de empreendimento interessado em obter o diferimento e o crédito presumido por motivo de ampliação, que tenha se utilizado de fusão ou de incorporação de empresas, o aumento proposto terá que ser de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da capacidade resultante da fusão ou incorporação.~~

~~*§ 5º Na hipótese de empreendimento interessado em obter o crédito presumido por motivo de ampliação, que tenha se utilizado de fusão ou de incorporação de empresas, o aumento proposto terá que ser de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da capacidade resultante da fusão ou incorporação.~~

~~*§ 5º com redação dada pela Lei nº 6.463, de 19/12/13.~~

~~§ 6º Findo o prazo de fruição do crédito presumido a que se refere a alínea “e” do inciso II, do **caput** deste artigo, o estabelecimento industrial ou agroindustrial poderá, a qualquer tempo, solicitar nova ampliação.~~

~~§ 7º O fornecedor, cadastrado como industrial de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica — CNAE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas operações com os produtos de que trata a alínea “a” do inciso I, do **caput** deste artigo, fica obrigado a:~~

~~I—deduzir do total da nota fiscal o valor diferido do ICMS, vedado seu destaque no documento fiscal;~~

~~II—estornar, proporcionalmente, o crédito fiscal do ICMS relativo à operação.~~

~~*§ 7º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, I.~~

~~§ 8º Observado o disposto no § 9º, o contribuinte que obtiver o diferimento e o crédito presumido previstos neste artigo não poderá se aproveitar de quaisquer outros créditos fiscais;~~

~~—*§ 8º O contribuinte que optar pelo diferimento e pelo crédito presumido previstos nesta lei, sujeitar-se-á:~~

~~—I— a renúncia ao aproveitamento de quaisquer créditos;~~

~~II— a aceitação, como base de cálculo, dos valores fixados em listas de preços mínimos, divulgadas pela Secretaria de Estado de Fazenda, quando houver.~~

~~*§ 8º com redação dada pela Lei nº 6.463, de 19/12/13.~~

~~*§ 8º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, I.~~

~~*§ 9º Fica assegurado à empresa exportadora o direito previsto no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996(Federal).~~

~~*§ 9º Revogado pela Lei nº 6.463, de 19/12/2013.~~

§ 10º A fixação do percentual de crédito presumido de que trata o inciso II, do **caput** deste artigo, a ser estabelecido no regulamento desta Lei, observará, no mínimo:

I – a conjuntura econômica local e nacional;

II – a necessidade de atração de novos investimentos e daqueles considerados relevantes para o Estado.

~~III— a natureza do investimento, graduando o percentual nos termos das alíneas “a” a “e” do inciso II, do **caput** deste artigo.~~

~~*III – a natureza do investimento, graduando o percentual nos termos das alíneas “a” a “f” do inciso II, do **caput** deste artigo~~

~~* Inciso III com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, IV.~~

~~* § 11 Na hipótese da alínea “a” do inciso II do § 1º, o imposto diferido nos termos desta Lei será considerado recolhido quando ocorrer a saída subsequente do produto final ainda que:~~

~~I— beneficiada com redução de base de cálculo ou alíquota inferior à prevista para a operação anterior realizada com diferimento;~~

~~II— a apuração do imposto esteja sujeita à apropriação de crédito presumido;~~

~~III— a saída seja isenta ou não tributada.~~

~~*§ 11º acrescentado pela Lei nº 6.929, de 27/12/16, art. 3º, I.~~

~~*§ 11º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, I.~~

*§ 12 Os empreendimentos caracterizados como complexos agroindustriais, nos quais as atividades de produção agrícola, industrialização e geração de energia, sejam desenvolvidas por empresas cujos processos produtivos sejam integrados para produção de bens, poderão ter o incentivo desta Lei, na forma prevista no regulamento

~~* § 12 acrescentado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, II.~~

*Art. 4º - A. O valor do crédito presumido a ser apropriado a cada período de apuração será obtido pela aplicação do percentual concedido sobre o saldo devedor apurado na forma prevista no Regulamento do ICMS.

Parágrafo único. A apropriação do crédito presumido fica condicionada à aceitação, como base de cálculo, dos valores fixados em listas de preços mínimos, divulgadas pela Secretaria de Estado de Fazenda, quando for o caso.

*** Art. 4º - A acrescentado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, III.**

~~*Art. 4º - B As empresas beneficiadas do regime previsto nesta Lei terão diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, no percentual previsto no regulamento, nas seguintes operações:~~

*Art. 4º - B As empresas beneficiárias do regime previsto nesta Lei terão diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, no mesmo percentual do crédito presumido, nas seguintes operações:

*** Art. 4º - B com redação dada pela Lei nº 7.528, de 15/07/2021, art. 1º, com efeitos a partir de 01/07/2021.**

I - aquisições internas de matérias primas e de mercadorias utilizadas direta ou indiretamente no processo produtivo industrial, observado o disposto no § 2º;

II – aquisições internas de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado, quando realizadas de fornecedores industriais, observado o disposto no § 2º;

III – importação de matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial, observado o disposto no § 1º;

IV - importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado, observado o disposto no § 1º;

V - na entrada de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, procedente de outra unidade da Federação, destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento.

VI - na utilização de serviço de transporte vinculado às operações de que tratam os incisos I a V.

§ 1º O diferimento a que se referem os incisos III e IV deste artigo será concedido caso a caso.

REVOGADO o § 2º pelo Art. 6º da LC 289, de 16/11/2023, efeitos a partir de 17/11/2023.

§ 2º O fornecedor, cadastrado como industrial de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas operações com os produtos de que tratam os incisos I e II, do *caput* deste artigo, fica obrigado a:

I – deduzir do total da nota fiscal o valor diferido do ICMS, vedado seu destaque no documento fiscal;

II – estornar, proporcionalmente, o crédito fiscal do ICMS relativo à operação.

*** Art. 4º - B acrescentado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, IV.**

*Art. 4º- C O diferimento estabelecido no art. 4º - B:

I - não se aplica ao fornecimento de energia e às operações com mercadorias sujeitas à substituição tributária;

II - encerrar-se-á:

a) na hipótese dos incisos I e III do *caput* do art. 4º - B, na saída tributada subsequente da mercadoria ou do produto resultante de sua industrialização;

b) na hipótese do inciso II do *caput* do art. 4º - B, no momento da desincorporação do bem do ativo imobilizado relativamente à parcela incentivada, observado o disposto no §2º;

c) na hipótese do inciso IV do *caput* do art. 4º - B:

1 – até o 15º dia do mês subsequente ao da entrada do bem no estabelecimento industrial relativamente à parcela não incentivada;

2 – no momento da desincorporação do bem do ativo imobilizado relativamente à parcela incentivada, observado o disposto no §2º;

d) na hipótese do inciso V do *caput* do art. 4º - B:

1 – até o 15º dia do mês subsequente ao da entrada do bem no estabelecimento industrial relativamente à parcela não incentivada;

2 – no momento da desincorporação do bem do ativo imobilizado relativamente à parcela incentivada, observado o disposto no §2º;

~~§ 1º Na hipótese do inciso I e III do *caput*, o imposto diferido nos termos desta Lei está incorporado ao valor final do produto e será considerado recolhido quando ocorrer a saída subsequente do produto final ainda que:~~

*§ 1º Nas hipóteses dos incisos I e III do *caput* do art. 4º - B, o imposto diferido nos termos desta Lei está incorporado ao valor final do produto e será considerado recolhido quando ocorrer a saída subsequente do produto final ainda que:

***Caput do § 1º com redação dada pela Lei nº 7.157, de 04/12/2018, art. 30.**

I - beneficiada com redução de base de cálculo ou alíquota inferior à prevista para a operação anterior realizada com diferimento;

II - a apuração do imposto esteja sujeita à apropriação de crédito presumido;

III – a saída seja isenta ou não tributada.

§ 2º Quando a desincorporação ocorrer antes de 24 (meses) meses contados da data da aquisição do bem, o ICMS diferido deverá ser recolhido integralmente até o 15º dia útil do mês subsequente ao da ocorrência.

*** Art. 4º - C acrescentado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, V.**

*Art. 4º - D As empresas geradoras de energia eólica e solar terão diferimento de 100% (cem por cento) do lançamento e do pagamento do ICMS, no prazo definido no regulamento, nas seguintes operações:

I - aquisição interestadual, relativamente ao diferencial de alíquota;

II - importação do exterior de máquinas, equipamentos e materiais destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica.

Paragrafo único. O diferimento de que trata este artigo se aplica às operações com os bens e mercadorias definidas no regulamento e encerrar-se-á no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro.

*** Art. 4º - D acrescentado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, VI.**

*Art. 4º - E Implica perda do diferimento de que trata esta lei, hipótese em que o valor do ICMS diferido será exigido com atualização monetária, acrescido de multa e de juros contados desde o momento da entrada dos bens ou das mercadorias no estabelecimento, quando

o contribuinte destinar as mercadorias beneficiadas com o diferimento para outro contribuinte deste Estado, ou para outra Unidade da Federação, a qualquer título.

*** Art. 4º - E acrescentado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 3º, VII.**

~~Art. 5º A obtenção do diferimento e do crédito presumido na forma desta Lei vincula o estabelecimento, quanto à personalidade jurídica da empresa, segundo a forma de constituição, importando a sua concessão em direitos e obrigações intransferíveis, até o final do prazo de fruição, observado o disposto no art. 9º, inciso III.~~

***Art. 5º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, II.**

~~Art. 6º O diferimento e o crédito presumido de que trata esta Lei serão concedidos mediante regime especial, e a sua manutenção será condicionada à apresentação anual de regularidade fiscal, na forma que dispuser o regulamento, e ao cumprimento do disposto nesta Lei.~~

*Art. 6º O diferimento e o crédito presumido de que trata esta Lei serão concedidos por ato do Poder Executivo na forma do regulamento.

***Caput do art. 6º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, V.**

§ 1º O ato autorizativo para fruição do disposto nesta Lei não gera direito adquirido, podendo ser o mesmo revisto e a concessão do diferimento e do crédito presumido suspensa ou revogada, de ofício, quando comprovado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não atendia ou deixou de atender aos requisitos legais para sua concessão ou fruição ou incorreu em infração dolosa, com simulação, fraude ou conluio, bem como se for comprovada a alteração das características do produto que tenha fundamentado a concessão do incentivo, respondendo, inclusive criminalmente, os responsáveis, na forma da lei, hipótese em que a parcela incentivada torna-se devida, com os acréscimos legais.

§ 2º Compete à autoridade que conceder o diferimento e o crédito presumido, mediante o devido processo legal, nos termos do regulamento, adotar as medidas necessárias previstas no § 1º.

§ 3º Não se considera alteração, nos termos do art. 13, a inclusão de novos produtos, desde que aprovada por Parecer da Comissão Técnica de Assessoramento do CODIN e formalizada nos termos do art. 7º.

§ 4º O Parecer a que se refere o § 3º levará em conta:

I - a não similaridade do produto, assim definido como aquele que, por sua natureza, espécie, características e uso, considerados de forma cumulativa, seja diverso de qualquer outro fabricado no Estado;

II – o tempo já transcorrido do decreto concessivo.

*§ 5º Fica suspenso o regime especial concedido nos termos desta Lei quando comprovado que o contribuinte desativou atividade ou reduziu a produção de outro estabelecimento do mesmo grupo empresarial para proveito do estabelecimento industrial beneficiário deste regime especial.

***§ 5º acrescentado pela Lei nº6. 463, de 19/12/13.**

*§ 6º Nos casos de suspensão previstos no §5º, aplica-se o disposto no art. 12 desta Lei.” (AC)

***§ 6º acrescentado pela Lei nº6. 463, de 19/12/13.**

~~Art. 7º O regime especial a que se refere o **caput** do art. 6º será aprovado pelo CODIN, por maioria simples de seus membros e formalizado em portaria conjunta do Secretário de Fazenda e Secretário do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, e homologada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.~~

~~*Art. 7º A proposta para concessão do diferimento e do crédito presumido a que se refere o *caput* do art. 6º será aprovada pelo CODIN, por maioria simples de seus membros~~

~~*Caput do art. 7º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, VI.~~

Art. 8º O interessado declarará, ao requerer o diferimento e o crédito presumido, que atende aos requisitos e às condições previstos nesta Lei, devendo cada processo ser objeto de parecer da Comissão Técnica responsável pela análise das propostas.

~~*§1º A aferição do atendimento aos requisitos e às condições estabelecidos nesta Lei será feita pela comissão referida no **caput** deste artigo, respeitada, no que couber, a competência da Unidade de Arrecadação e Tributação UNATRI, da Secretaria da Fazenda SEFAZ.~~

~~*parágrafo único renumerado para § 1º de acordo com a Lei 6.740, 23/12/15, art. 2º, II~~

~~*§ 1º revogado pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 4º, III.~~

~~*§ 2º A análise referida no § 1º deve considerar, além da Classificação Nacional de Atividade Econômica CNAE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a especificação dos produtos fabricados.~~

~~*§2º acrescentado pela Lei 6.740, de 23/12/15, art. 2º, II.~~

*§ 2º O parecer de que trata o *caput* deve considerar, além da Classificação Nacional de Atividade Econômica-CNAE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a especificação dos produtos fabricados com base na Nomenclatura Comum do Mercosul/NCM, para caracterização da existência de similaridade do bem a ser fabricado.

* § 2º com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, VII.

Art. 9º São obrigações das empresas beneficiárias do regime especial previsto nesta Lei:

I - cumprir as obrigações tributárias principal, quando for o caso, e acessórias, previstas na legislação tributária estadual;

II - recolher o ICMS referente ao estoque de produtos existente quando da ocorrência de suspensão, revogação ou de encerramento das atividades, por cancelamento ou baixa no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí - CAGEP, cuja base de cálculo é o preço FOB estabelecimento industrial à vista;

III - comunicar prévia e oficialmente à Comissão Técnica qualquer intenção de mudança ou alteração quanto ao estabelecimento, denominação ou razão social, quadro societário e titularidade, a ocorrer durante o prazo de fruição do regime especial;

IV - cumprir outras obrigações e prestar demais informações necessárias para o acompanhamento e controle do diferimento e crédito presumido, conforme definir o Regulamento.

~~Art. 10. O beneficiário do regime especial, objeto desta Lei, deverá iniciar suas operações no prazo previsto no cronograma constante do projeto apresentado, no período de até 12 (doze) meses, contados do início da vigência do ato concessivo.~~

*Art. 10. O beneficiário do regime especial, objeto desta Lei, deverá iniciar suas operações no prazo previsto no cronograma constante do projeto apresentado, no período de até 24 (vinte e quatro) meses, contados do início da vigência do ato concessivo.

*** Art. 10 com redação dada pela Lei nº 6.740, de 23/12/15, art. 1º, III.**

Parágrafo único. Excepcionalmente, em decorrência das necessidades técnico-operacionais para implantação do empreendimento, o início das atividades poderá ocorrer em prazo superior ao previsto no **caput**, mediante relatório técnico circunstanciado elaborado pelo beneficiário do regime especial previsto nesta Lei e homologado pelo CODIN.

Art. 11. O regime especial de que trata esta Lei não se aplica a empreendimento cujos titulares ou sócios sejam remanescentes de empresa que tenha tido inscrição baixada ou suspensa no CAGEP, após a data da publicação desta Lei, e que tenha por objeto a mesma atividade industrial do estabelecimento extinto.

Art. 12. Sem prejuízo das penalidades legais cabíveis, o contribuinte que se beneficiar indevidamente do regime especial instituído por esta Lei fica obrigado ao pagamento dos tributos que deixarem de ser recolhidos, com os acréscimos legais, de conformidade com a legislação vigente.

~~*Art. 13. Os incentivos obtidos até a data do início da vigência desta Lei permanecem inalteráveis, na forma e no prazo, e em vigor, conforme estabelecido na Lei que os instituíram e no Decreto concessivo, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 3º do art. 6º.~~

~~*Art. 13. Os incentivos obtidos por meio da Lei 4.859, de 27 de agosto de 1996, permanecem inalteráveis, na forma e no prazo, e em vigor, conforme estabelecido na Lei que os instituiu e nos respectivos Decretos concessivos, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 3º do art. 6º.~~

*** Art. 13 alterado pela Lei nº 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 2º.**

*Art. 13 Os incentivos obtidos por meio da Lei 4.859, de 27 de agosto de 1996, permanecem inalteráveis, na forma e no prazo, e em vigor, conforme estabelecido na Lei que os instituiu e nos respectivos Decretos concessivos, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 3º, do art. 6º, e nos parágrafos seguintes. (NR)

*** Art. 13 com redação dada pela Lei nº 6.604 de 23/12/2014, art. 1º.**

*§ 1º Fica autorizado ao chefe do Poder Executivo prorrogar uma única vez os prazos finais de vigência dos decretos concessivos.

*** § 1º acrescentado pela Lei nº 6.604 de 23/12/2014, art. 2º.**

~~*§ 2º Serão mantidos os percentuais em vigor na data da prorrogação de que trata o §1º, de acordo cada decreto concessivo, devendo o ato de prorrogação fixar o escalonamento decrescente destes percentuais até a data final do incentivo.~~

*** § 2º acrescentado pela Lei nº 6.604 de 23/12/2014, art. 2º.**

*§ 2º O ato de prorrogação de que trata o §1º estabelecerá os percentuais do incentivo e fixará o escalonamento decrescente destes percentuais até a data final do incentivo.

*** § 2º com redação dada pela Lei nº 6.929, de 27/12/16, art. 2º, II.**

*§ 3º Nas operações de importações de:

I - matérias primas, bem como de materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial, e de mercadorias utilizadas direta ou indiretamente no processo produtivo de produtos beneficiados com diferentes percentuais de

incentivos, o cálculo do imposto devido deverá ser efetuado pela aplicação da alíquota regulamentar sobre a base de cálculo resultante da utilização do maior percentual de incentivo.

II - máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos industriais, suas partes, peças e acessórios, destinados ao ativo imobilizado, o cálculo do imposto devido deverá ser efetuado pela aplicação da alíquota regulamentar sobre a base de cálculo resultante da utilização:

- a) do maior percentual de incentivo, quando o estabelecimento for beneficiário de incentivos fiscais com percentuais diversos, e utilizado em mais de uma linha de produção;
- b) do percentual de incentivo do produto final em cuja linha de produção seja utilizado.

***§ 3º acrescentado pela Lei nº6. 929, de 27/12/16, art. 3º, II.**

Nova redação do caput do Art. 14 e § 1º, dada pelo Inciso I, Art. 7º, da Lei Complementar nº 269, de 08/12/2022, efeitos a partir de 01/01/2023.

Art. 14. A política estadual de desenvolvimento industrial e/ou agroindustrial e a concessão dos benefícios previstos nesta Lei serão aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - CODIN, vinculado à Secretaria da Fazenda.

§ 1º O CODIN será presidido pelo Secretário da Fazenda e suas atribuições e competências serão definidas no regulamento desta Lei.

Redação anterior, efeitos até 31/12/2022.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - CODIN, que terá por função definir a política estadual de desenvolvimento industrial e/ou agroindustrial e da concessão dos benefícios previstos nesta Lei.

~~*§ 1º A composição do CODIN, suas atribuições e competências serão definidas no regulamento desta Lei.~~

~~*§ 1º As atribuições e competências do CODIN serão definidas no regulamento desta Lei.~~

~~* § 1º alterado pela Lei nº 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 2º.~~

~~*§ 2º Comporão o CODIN os representantes dos seguintes órgãos:~~

~~I— 01(um) representante da Secretaria da Fazenda;~~

~~II— 01(um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico;~~

~~III— 01(um) representante da Secretaria de Planejamento;~~

~~IV— 01(um) representante da Associação Industrial do Piauí— AIP;~~

~~V— 01(um) representante da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais— APPM;~~

~~VI— 01(um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Piauí— FIEPI;~~

~~VII— 01(um) representante do Banco do Nordeste do Brasil— BNB;~~

~~VIII— 01(um) representante da Prefeitura Municipal de Teresina.~~

*§ 2º Comporão o CODIN os representantes dos seguintes órgãos:

- I - um representante da Secretaria da Fazenda;
- II - um representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico;
- III - um representante da Secretaria do Planejamento;
- IV - um representante de Secretaria do Desenvolvimento Rural;
- V - um representante da Associação Industrial do Piauí;
- VI - um representante da federação das Indústrias do Estado do Piauí;
- VII - um representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A – Piauí Fomentos;
- VIII - um representante da Associação Piauiense dos Municípios.
- IX – um representante do Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

*** § 2 ° alterado pela Lei n ° 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 2 °.**

§ 3 ° Os membros do Conselho de que trata este artigo não farão jus a qualquer remuneração ou gratificação pelo exercício do mandato.

Art. 15. Fica criada a taxa de administração no percentual correspondente a 2% (dois por cento), incidindo sobre o valor da parcela incentivada utilizada pelo beneficiário da presente Lei, a cada período de apuração normal do imposto.

*Parágrafo único. A taxa a que se refere o **caput** deste artigo tem como contraprestação pelo Estado do Piauí a análise, a avaliação dos projetos e o monitoramento da aplicação dos regimes especiais durante o período de fruição destes, realizadas pela Comissão Técnica de Assessoramento do CODIN.

*** Parágrafo único acrescentado pela Lei n ° 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 1 °.**

Art. 16. Fica instituído o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí- FUNDIPI - com o objetivo de promover o desenvolvimento das atividades industriais em todo o território do Estado do Piauí.

Art. 17. O FUNDIPI será gerido pelo CODIN.

Art. 18. São recursos do FUNDIPI.

~~*I — os de origem orçamentária até o montante de 2% (dois por cento) da receita do ICMS, segundo as possibilidades do Tesouro Estadual;~~

*** Inciso I suprimido pela Lei n ° 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 3 °.**

II – empréstimos ou recursos a fundo perdido, oriundos da União, Estado e outras entidades;

III – contribuições, doações, legados e outras fontes de receita que lhe forem atribuídas;

IV – juros, dividendos e outras receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;

V – receita proveniente da taxa de administração de que trata o art. 15.

§ 1º A taxa prevista no art. 15 também se aplica aos estabelecimentos detentores de benefícios obtidos até a data do início da vigência desta Lei, nos termos do art. 13.

~~*§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão depositados em conta vinculada ao FUNDIPI mantida junto à Agência de Desenvolvimento do Estado do Piauí — Piauí Fomento S.A.~~

Nova redação do § 2º, dada pelo Inciso II, Art. 7º, da Lei Complementar nº 269, de 08/12/2022, efeitos a partir de 01/01/2023.

§ 2º Os recursos orçamentários e financeiros de que trata este artigo deverão ser vinculados à Secretaria da Fazenda.

Redação anterior, efeitos até 31/12/2022.

***§ 2º Os recursos orçamentários e financeiros de que trata este artigo deverão ser vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDET.**

*** § 2º modificado pela Lei nº 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 3º.**

Art. 19. Os recursos do FUNDIPI têm como destinação:

I – aquisição de terrenos e execução de ações e de obras de instalações e de infraestrutura, objetivando a implantação, a ampliação, a modernização e a manutenção dos distritos industriais no Estado do Piauí;

II – realização de ações e eventos que tenham como objetivo a interiorização do desenvolvimento no Estado;

III – participação em ações, eventos e atividades que tenham como objetivo a promoção e divulgação do disposto nesta Lei;

IV – pagamento de despesas correntes e daquelas provenientes da análise e da avaliação dos projetos e do monitoramento da aplicação dos regimes especiais durante o período de fruição destes, realizadas pela Comissão Técnica de Assessoramento do CODIN.

~~*Art. 20. A Comissão Técnica de que trata o art. 8º, desta Lei, será constituída por representantes das Secretarias da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Rural, do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e por um Assessor Jurídico, sendo sua presidência exercida pelo representante da primeira, obrigatoriamente ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual.~~

~~Parágrafo único. O cargo de Assessor Jurídico será exercido por servidor público estadual efetivo, indicado pelo Presidente do CODIN.~~

*Art. 20 A Comissão Técnica de que trata o art. 8º desta Lei será constituída por representantes das Secretarias da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Rural, do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e por um Assessor Técnico indicado pelo Presidente do CODIN, sendo sua presidência exercida pelo representante da primeira, obrigatoriamente ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Fazenda Estadual.

Parágrafo único. O presidente da Comissão Técnica de que trata do **caput** fará jus à remuneração e gratificação correspondente a Direção e Assessoramento Superior nível 4(DAS-4), e os demais membros, a remuneração e gratificação correspondente a Direção e Assessoramento Superior, nível 3(DAS-3).

*** Art. 20 alterado pela Lei nº 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 2º.**

~~Art. 21. A transferência do estabelecimento industrial beneficiário desta lei para outra unidade da Federação, durante a fruição do benefício, implicará no cancelamento~~

automático do regime especial, cabendo ao CODIN promover as medidas legais cabíveis para a restituição do crédito concedido, com os devidos acréscimos legais.

*Art. 21. A transferência, ainda que parcial, do estabelecimento industrial beneficiário desta lei para outra unidade da Federação durante a fruição do benefício, implicará na anulação do ato concessivo de que trata o art. 6º, tornando-se o imposto não recolhido em decorrência do disposto nesta lei exigível, com os devidos acréscimos legais

~~*Caput do art. 21 com redação dada pela Lei nº 7.001, de 13/07/2017, art. 2º, VIII.~~

Art. 22. Aplicam-se a esta Lei, subsidiariamente, naquilo que não a contrariar, os dispositivos da Lei 4.257, de 06 de Janeiro de 1989, e do seu Regulamento.

~~*Art. 22-A As saídas interestaduais serão efetuadas diretamente pela indústria beneficiada, sem intermediação de filiais, empresas do mesmo grupo ou que possuam sócios em comum.~~

~~Parágrafo único. Admitir-se-á a realização de saídas interestaduais com intermediação de filiais, empresas do mesmo grupo ou que possuam sócios em comum, desde que seja procedido o estorno do crédito apropriado, pelas empresas adquirentes, quando do recebimento de mercadorias adquiridas por compra ou transferência de empresas beneficiárias do incentivo fiscal de que trata esta Lei, calculado pela aplicação de 5 % (cinco por cento) sobre o valor das respectivas entradas de mercadorias tributadas a 17 % (dezesete por cento), proporcionalmente às quantidades saídas para outras Unidades da Federação.~~

~~*Parágrafo único. Admitir-se-á a realização de saídas interestaduais com intermediação de filiais, empresas do mesmo grupo ou que possuam sócios em comum, desde que seja procedido o estorno do crédito apropriado, pelas empresas adquirentes, quando do recebimento de mercadorias adquiridas por compra ou transferência de empresas beneficiárias do incentivo fiscal de que trata esta Lei, calculado pela aplicação do percentual que resultar da diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre o valor das respectivas entradas de mercadorias, proporcionalmente às quantidades saídas para outras Unidades da Federação~~

~~*Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 6. 463, de 19/12/13.~~

~~* Art. 22-A acrescentado pela Lei nº 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 1º.~~

*Art. 22-A As saídas interestaduais serão efetuadas diretamente pela indústria beneficiada, sem intermediação de filiais.

Parágrafo único. Admitir-se-á a realização de saídas interestaduais com intermediação de filiais, desde que seja procedido o estorno do crédito apropriado, pela filial adquirente, quando do recebimento de mercadorias por transferência de empresas beneficiárias do incentivo fiscal de que trata esta Lei, calculado pela aplicação do percentual que resultar da diferença entre a alíquota interna e a interestadual sobre o valor das respectivas entradas de mercadorias, proporcionalmente às quantidades saídas para outras Unidades da Federação. (NR)

*Art. 22-A com redação dada pela Lei nº 6. 604, de 23/12/14, art. 1º.

*Art. 22-B Nas operações internas, a indústria beneficiada fará constar no campo “Informações Complementares”, da Nota Fiscal, a seguinte observação: “Operação Beneficiada com Crédito Presumido. O adquirente deverá observar o disposto no Parágrafo único do art. 22-A da Lei nº 6.146/11”.

* Art. 22-B acrescentado pela Lei nº 6.222/2012, de 15 de junho de 2012, art. 1º.

~~Art. 23. O Poder Executivo, através de ato próprio, regulamentará a aplicação desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação, que poderá dispor, inclusive, sobre critérios de migração.~~

*Art. 23 O Poder Executivo, através de ato próprio, regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.”

~~*Art. 23 com redação dada pela Lei nº 6. 463, de 19/12/13.~~

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da publicação do seu Regulamento.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 20 de dezembro de 2011.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA FAZENDA

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO